



## Futuro Sustentável - Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto

### REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO:

### ÁGUA

**Data:** Terça-feira, 31 de Maio de 2005

**Local:** Sala 2 - 6º piso da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

<b>Presentes</b>	
Ana Albuquerque Barata Joana Manuela Oliveira Nuno Quental Pedro Macedo	Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa Grupo de Estudos Ambientais (Equipa Técnica)
Pedro Perdigão Marcelino C. Moreira Santos Mónica Fernandes Pinto Maria José Moura Rute Arouca Teixeira Carolina Santos Iva Rodrigues Ferreira Maria João Pedrosa Susana Pinho Margarida Bento Pinto Ana Maria Alves Silva Miguel Ângelo Lopes Vidal Paulo Santos Monteiro Maria Isabel da Silva Costa Azevedo Maria Emília Borralho Maria Assunção Abreu Carlos Alberto Medeiros	AdDP Águas de Gondomar, SA Águas de Valongo, SA CCDR - Norte CCDR – Norte CM Espinho CM Gondomar CM Maia CM Maia CM Matosinhos CM Valongo CM Valongo FEUP ICBAS INAG SMAS Maia SMAS Porto

<b>Tema</b>	<b>Descrição</b>
<b>1 – Apresentação do projecto “Futuro Sustentável” pela Equipa técnica</b>	<p>Pedro Macedo começou a reunião por fazer uma breve descrição do projecto: Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente, na qual se expôs os principais objectivos, resultados, acções realizadas e em curso, bem como descreveu algumas das principais acções previstas.</p> <p>Resumidamente o Futuro Sustentável é um processo através do qual as autoridades trabalham em parceria com os vários sectores da comunidade na elaboração de um Plano de Acção de modo a promover a sustentabilidade regional e a qualidade de vida dos cidadãos do Grande Porto</p> <p>Após a apresentação do esquema de trabalhos do Futuro Sustentável, o Pedro Macedo explicou todo o processo de selecção dos 4 temas principais:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Água</li></ol>

	<p>2. Transportes e mobilidade/Qualidade do ar</p> <p>3. Ordenamentos do território, espaços verdes e áreas naturais</p> <p>4. Educação e formação ambiental.</p> <p>A sua selecção foi baseada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- o relatório do questionário Sinal Verde realizado à população do Grande Porto;</li> <li>- o relatório do questionário realizado a instituições e personalidades do Grande Porto;</li> <li>- os relatórios das reuniões participativas de cada concelho; e</li> <li>- os relatórios parcelares das reuniões com as Juntas de Freguesia;</li> <li>- sondagem aos cidadãos do Grande Porto.</li> </ul>
--	---

Tema	Descrição
<b>2 - Importância e objectivos dos Grupos Trabalhos Temáticos</b>	<p>No seguimento da apresentação do projecto "Futuro Sustentável", Pedro Macedo continuou a reunião com a apresentação do conceito de Grupos de Trabalho Temáticos (GTT).</p> <p>Reforçou-se a ideia de que os GTT têm um papel fundamental em estruturar o Diagnóstico, acompanhar a elaboração deste, aprovar e participar na definição de visão para o futuro e propor objectivos específicos e metas concretas para indicadores-chave. Os GTT constituem mecanismos de participação cívica e articulação regional.</p> <p>De seguida, procedeu-se às apresentações individuais dos presentes na reunião.</p>

Tema	Descrição
<b>3. Tema: Água</b>	<p>Ana Albuquerque Barata apresentou uma proposta de estrutura de diagnóstico para o tema Água.</p> <p>Identificou-se os principais problemas nesta área, bem como as soluções para a sua resolução.</p> <p>Ana Barata esclareceu que o tema específico será a recuperação dos rios e ribeiras, embora devam ser equacionadas questões relacionadas com a poupança de água e a minimização das perdas nos sistemas de abastecimento.</p> <p>Com o findar desta apresentação iniciou-se o debate sobre a estrutura do diagnóstico.</p>

Tema	Descrição
<p><b>4. Debate de ideias para a estrutura do diagnóstico</b></p>	<p>O debate abriu com um comentário de Margarida Bento Pinto que referiu que muitos dos problemas dos rios estão relacionados com a agricultura / pecuária e não com o saneamento.</p> <p>Maria João Pedrosa anuiu com Margarida Bento Pinto e acrescentou que existem também muitas ligações clandestinas. Por exemplo, a Maia é um concelho industrial, por isso têm conhecimento de descargas ilegais para as linhas de água ou para os colectores.</p> <p>Rute Teixeira referiu que o problema também reside na falta de sensibilização e educação ambiental.</p> <p>Paulo Monteiro sugeriu que o diagnóstico deve permitir ver o que está bem e o que está mal, ou seja, perceber a evolução dos problemas.</p> <p>Admite que existem esforços para tentar melhorar os rios e os espaços envolventes, mas a realidade está um pouco distorcida, uma vez que as estatísticas de saneamento não são reais, e que as infra-estruturas que existem não servem o conjunto dos habitantes. Por isso, para que este problema se resolva são necessários novos instrumentos de monitorização para que seja possível aumentar a eficácia das ferramentas que já existem.</p> <p>Ao nível das ribeiras, o problema é o mesmo, temos vindo a assistir a uma ineficácia das ferramentas existentes, pois a monitorização é insuficiente.</p> <p>Paulo Monteiro terminou o seu raciocínio por dizer que devemos pensar melhor nos meios que utilizaremos para tentar chegar aos nossos objectivos de forma a melhorar os recursos hídricos.</p> <p>Maria João Moura interveio dizendo que há objectivos específicos na Rede da Qualidade da Água, mas não se consegue dar uma resposta a todos os problemas, não se tem muita informação. Deveria existir uma rede de monitorização mais específica para este tipo de diagnóstico.</p> <p>Isabel Azevedo afirmou que não se tem assistido a melhorias significativas nesta área. Os estudos que fazem no ICBAS mostram que é complicado saber as origens dos problemas no Rio Douro e que a qualidade da água não tem melhorado.</p> <p>Em relação aos Planos de Bacias Hidrográficas Maria Emília Borralho esclareceu que estes prevêm a monitorização, no entanto o único contributo que o INAG pode dar é através do SNIRH. Comentou que os Planos de Bacia Hidrográfica não estão a ter a implementação esperada, e que esta depende essencialmente das autarquias.</p> <p>Maria João Moura referiu ainda que estes planos foram feitos há bastante tempo, logo a informação será antiga. É necessário uma abordagem mais alargada, uma vez que não houve a preocupação de compreender os problemas ou de fazer um levantamento a nível regional. Maria João Moura reforçou a ideia de que era muito importante criar uma rede de monitorização</p>

para aquelas ribeiras que desaguam directamente no mar, pelo seu impacte na qualidade das águas balneares.

Carlos Medeiros afirmou que relativamente aos indicadores enumerados estão todos bem identificados.

Paulo Monteiro explicou que em zonas urbanas a poluição não está só associada às águas residuais mas também às águas pluviais, igualmente poluentes. O maior problema é existirem condutas comuns para as duas águas e ligações clandestinas de esgotos às águas pluviais, e vice-versa.

Pedro Macedo colocou a questão das perdas de água no abastecimento, transmitindo que existia uma proposta do grupo coordenador, no sentido de serem igualmente tratadas pelo GTT.

À qual Marcelino Santos respondeu tratar-se de uma questão muito polémica, nunca se sabendo quais são os valores efectivos. No entanto, tem-se vindo a fazer novos estudos para tentar descobrir as origens das perdas de águas. Em Gondomar existem cerca de 28% de perdas, mas estão a esforçar-se para diminuir esse valor para os 20%. Defendeu que baixar as perdas de água para menos de 20% pode não ser economicamente viável.

Mónica Pinto partilhou que existe uma equipa no concelho de Valongo só para detecção de fugas e que neste momento estão com uma percentagem de 22% relativamente às perdas.

Carlos Medeiros disse que o Porto em conjunto com outros 6 municípios do país estão a desenvolver um programa piloto, constituído por 3 fases, que tem como finalidade monitorizar todas as zonas de fugas.

Marcelino Santos comentou que o “equipamento” ideal é a experiência dos técnicos.

Paulo Monteiro concluiu que o grande prejudicado é o consumidor, pois tem de pagar esse custo. De tal modo que deveriam existir prémios para as empresas que conseguissem minimizar as perdas, bem como “punições” para as que não o fizessem.

Após este período de debate acordou-se que a próxima reunião será no dia 4 de Julho, às 15 h.

A reunião terá lugar nas instalações da ETAR de Sobreiras, por convite dos SMAS do Porto.

Propõe-se ainda a marcação de uma terceira reunião para 23 de Setembro.

Porto, 3 de Junho de 2005

Secretariou a reunião Joana Oliveira

por favor enviar comentários para [jmoliveira@esb.ucp.pt](mailto:jmoliveira@esb.ucp.pt)